

## ELETROBRAS

## Privatização fica para julho

Nova data foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, após TCU adiar por 20 dias decisão final sobre a operação. Para especialistas, prazo é viável, mas exige que o governo cumpra outras etapas do processo com rapidez

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que, após o Tribunal de Contas da União (TCU) adiar o julgamento sobre a privatização da Eletrobras, o governo prevê reprogramar para julho a oferta de ações da estatal ao mercado. A data inicialmente prevista, 13 de maio, tornou-se inviável depois que o ministro Vital do Rego, do TCU, na última quarta-feira, pediu vistas do processo por um prazo de 20 dias.

Em entrevista virtual, feita durante viagem à Índia, Bento Albuquerque disse que, mesmo com a o adiamento da decisão final do TCU, o processo avançou. “Foi um avanço no sentido de que o relator apresentou o voto dele, houve a oportunidade de o voto ser discutido entre todos os ministros”, afirmou. Para Bento Albuquerque, o TCU deve aprovar a privatização da empresa, que seria feita mediante um processo de capitalização: a estatal emitirá novas ações, mas a União ficará fora da oferta, permitindo que o controle da companhia passe para o setor privado.

Na avaliação de Moisés Cona, diretor-geral do GRI Infra, maior empresa global de networking do setor de infraestrutura, presente em mais de 100 países, a oferta pública de ações no início do segundo semestre do ano é viável. “O prazo, porém, fica justo, devido às etapas que ainda precisam ser cumpridas. A previsão para que o tema volte à pauta do TCU é a terceira semana de maio”, comentou.

Cona explicou que após o aval do TCU, o governo precisará esperar a publicação do balanço da empresa referente ao primeiro

Eletrobras/Divulgação



MME e Ministério da Economia mantêm contato com investidores para garantir participação de “players estratégicos” no negócio

trimestre, o que também deve ocorrer em maio. “Ainda haverá outras etapas, como a convocação de uma assembleia geral de acionistas, caso o tribunal exija mudanças no projeto”, apontou. “E o crivo do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos para o preço mínimo de referência da operação, seguido de uma comunicação às autoridades de mercado de capitais no Brasil e nos Estados Unidos, onde a Eletrobras tem ações comercializadas em bolsa”, completou.

O diretor geral do GRI Infra, explicou que a urgência que o governo imprimirá em cada etapa, após a aprovação pelo tribunal, será enorme, para poder cumprir o cronograma atualizado e evitar maior proximidade das eleições presidenciais — “o que poderia lançar a oferta pública de ações nas discussões eleitorais, que devem se polarizar também em relação a questões macro de privatização”, disse.

É por essas razões que o governo pretendia fazer a

privatização em maio. Além de evitar o período mais acirrado do debate eleitoral, a data seria mais favorável para que grandes fundos internacionais de investimento participassem da operação. Além disso, o início do segundo semestre, sobretudo agosto, é marcado, no Hemisfério Norte, pelas férias de verão, período em que, normalmente, não são concretizados grandes negócios financeiros.

Cona ressaltou que os ministérios de Minas e Energia e

da Economia, por meio da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, têm mantido contato com o mercado de capitais e investidores interessados, para garantir que, no momento da oferta pública de ações, os players estratégicos estejam em posição de investimento.

“O apetite dos investidores na Eletrobras e no mercado de energia brasileiro, a despeito dos movimentos contrários à capitalização da estatal, permanece



O apetite dos investidores na Eletrobras e no mercado de energia brasileiro, a despeito dos movimentos contrários à capitalização da estatal, permanece sólido”

Moisés Cona, diretor-geral do GRI Infra

sólido devido a diversos fatores, incluindo a força do marco regulatório nacional, o dinamismo do setor, as perspectivas de exploração de maior capacidade de energia de fontes renováveis e, possivelmente, a expansão para outros mercados”, disse.

## Nucleares

A Eletrobras é a maior empresa de energia da América Latina. A União detém 72% do capital votante, fatia que seria reduzida a 45% depois da capitalização, ficando 45% com o setor privado.

De acordo com os planos do governo, duas áreas hoje vinculadas à Eletrobras seriam mantidas sobre controle estatal: as usinas nucleares de Angra dos Reis e a fatia brasileira da Itaipu Binacional, hidrelétrica de propriedade conjunta dos governos do Brasil e do Paraguai. Elas passariam a ser geridas pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), estatal criada em janeiro com essa finalidade.

## CB.AGRO

## “Governo é ameaça ao biodiesel”

» ISABEL DOURADO

O diretor superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski, afirmou ontem que “o governo é, hoje, a maior ameaça ao setor” — uma cadeia produtiva que, no ano passado, movimentou R\$ 10,5 bilhões, o equivalente a 2% da atividade agroindustrial.

Em entrevista ao *CB Agro*, programa feito em parceria pelo *Correio* e pela TV Brasília, Tokarski lembrou que, em novembro, o presidente Jair Bolsonaro aprovou uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que estabelece o teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel em 10% para o ano de 2022, frustrando integrantes da indústria, que esperavam uma reversão da medida.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel previa o uso de 13% do biocombustível no diesel na maior parte de 2021, o que não aconteceu também por decisão do governo, e a elevação da mistura para 14% em 2022.

Para assegurar a implementação do chamado B14, produtores de biodiesel fizeram altos investimentos na capacidade instalada da indústria. No entanto, como o aumento na mistura não aconteceu, as empresas estão hoje com 52% de ociosidade.

“Quando o governo sinalizou lá atrás que ia ter uma mistura crescente, os empresários acreditaram no governo e investiram. Nós aguardamos imediatamente um retorno que a gente possa retomar imediatamente a 11% da mistura, passar para 12%, 13%, e chegar em março do ano que vem com 15%”, afirmou Tokarski.

Tokarski criticou também a intenção do governo de importar

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo Tokarski, decisões oficiais aumentaram a capacidade ociosa no segmento

biodiesel de outros países na tentativa de reduzir o preço dos combustíveis no mercado interno, enquanto as indústrias brasileiras estão paradas e com pessoas desempregadas no país.

“Hoje nós temos 74 mil famílias da agricultura familiar que fornecem matéria-prima para essa cadeia, favorecendo o desenvolvimento regional”, afirmou.

“Nós deveríamos imediatamente aumentar a produção de biodiesel, porque ele não é só um combustível, ele é segurança alimentar, segurança energética, e desenvolvimento regional. Nós temos em todas as regiões do Brasil, no interior, as indústrias do biodiesel, então, estamos diversificando a matriz energética”, sinalizou. No Brasil, há diversas

matérias-primas potenciais para produção de biodiesel: soja, girassol, algodão, mamona e óleos residuais, entre outras.

“Mas não podemos olhar para o futuro sem valorizar o presente. Que industrial vai querer colocar outras indústrias de aqui, vendo um processo de estagnação e desconstrução da política pública do biodiesel?”, questionou o diretor.

## Meio ambiente

O uso do biodiesel traz ainda benefícios ambientais, observou Tokarski. Segundo ele, estudos mostram que o produto pode reduzir em até 90% as emissões de gases de efeito estufa, comparado com o diesel fóssil, derivado do petróleo.

O diretor da Ubrabio citou uma pesquisa da OMS apontando que, a cada ano, cerca de 51 mil brasileiros morrem em razão de doenças decorrentes ou intensificadas pela exposição a altos níveis de poluentes. Os impactos da poluição do ar na saúde estão conectados com a incidência de mortes prematuras, doenças pulmonares e cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais.

“Um grande erro nessa história é a falta de uma contabilidade socioeconômica ambiental e de saúde pública. Quando se olha apenas para o preço do biodiesel na bomba, deixa-se de olhar o que está por trás disso, por exemplo, a poluição”, disse Tokarski.

\* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

## APOSENTADOS

## 13º começa a ser pago na 2ª feira

» CRISTIANE NOBERTO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a pagar na próxima segunda-feira, a primeira parcelas do 13º salário dos aposentados e pensionistas. O adiantamento foi anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em março e os valores para todos os beneficiários serão liberados até o dia 6 de maio.

Mais de 31 milhões de segurados do INSS estão aptos a receber as quantias. As verbas fazem parte do “pacote de bondades” do governo federal para estimular a economia em ano eleitoral. Nas contas do governo, a medida injetará R\$ 56,7 bilhões no mercado. Os pagamentos serão realizados seguindo o número final do Número de Identificação Social (NIS) dos beneficiários (veja tabela).

Os primeiros contemplados serão os que recebem até um salário mínimo (R\$ 1.212). A partir do dia 25, a quantia será depositada com os demais benefícios. Já a segunda parcela será paga no mês seguinte, em maio.

A autorização para que o INSS possa realizar os pagamentos foi publicada no *Diário Oficial da União* em 18 de março. Nesta primeira parcela, os beneficiários receberão apenas 50% dos valores totais. Já a segunda terá o restante das verbas mais o total do abono anual.

Quem passou a receber o benefício previdenciário em janeiro, terá depósitos proporcionais. Os segurados do antigo auxílio doença, que passou a ser de incapacidade temporária, também serão agraciados. As famílias

## Confira o calendário da primeira parcela

Para quem recebe o salário mínimo (R\$ 1.212):

Final do NIS	Data
1	25 de abril
2	26 de abril
3	27 de abril
4	28 de abril
5	29 de abril
6	2 de maio
7	3 de maio
8	4 de maio
9	5 de maio
0	6 de maio

Para quem recebe acima do salário mínimo:

Finais do NIS	Data
1 e 6	2 de maio
2 e 7	3 de maio
3 e 8	4 de maio
4 e 9	5 de maio
5 e 0	6 de maio

inscritas no Auxílio Brasil não têm direito ao benefício.

Já é o terceiro ano que o pagamento do 13º dos aposentados é antecipado pelo governo. Normalmente, os segurados do INSS recebem os valores entre agosto e novembro. A antecipação nos últimos dois anos foram justificadas pela necessidade de ajudar as famílias a equilibrar as contas durante a pandemia da covid-19.

O beneficiário poderá consultar o extrato por meio do aplicativo Meu INSS, que está disponível na web e em aplicativo para dispositivos Android e iOS. Basta fazer o login e clicar no serviço “Extrato de Pagamento”.